
RESENHA

NASCIMENTO, A.

O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.

3.ed. São Paulo: PERSPECTIVAS, 2016.

Murilo Carlos Bricce¹

¹*Graduando de História do Centro Universitário Sagrado coração - UNISAGRADO – Bauru/SP. Resenha realizada para a disciplina de História da África II, sob a orientação da Prof^a Dr^a Lourdes M. G. C. Feitosa.*

De maneira objetiva, Abdias Nascimento, o ganhador do prêmio UNESCO de Direitos Humanos e Cultura da Paz, inicia o ensaio apresentando suas motivações ao dissertar quanto ao genocídio negro no Brasil. Com sua linguagem irônica, torna-se visível que não se trata de um trabalho acadêmico convencional e, de maneira didática, apresenta que seu objetivo não é contribuir com a academia mas, sim, comentar, refletir e criticar o conceito de *democracia racial* (igualdade e harmonia entre pretos e brancos). Desta forma, as críticas às ideias de Gilberto Freyre tornam-se presentes no livro e suscita o debate argumentativo; há, também, a explicação e reflexão sobre os conceitos de *metarraça* (o *além-raça* que representa a base da consciência brasileira) e *morenidade* (miscigenação dos negros africanos com os brancos europeus no Brasil, dando origem a uma raça “morena” e “brasileira”), ambos considerados eufemismos raciais com o intuito de racionalizar tais relações no Brasil.

No segundo capítulo é desmistificado o mito do senhor benevolente, no qual Abdias contextualiza o início da escravidão no país e sua importância para a economia; além disso, há uma crítica à Igreja Católica por justificar a escravidão do negro e a superioridade branca por ter defendido a ideia de uma escravidão brasileira pacífica.

A exploração da mulher africana é o foco do terceiro capítulo. Nele é proposta uma reflexão sobre a prostituição da negra escrava como fonte de renda para o escravocrata, além de ressaltar os estúpos e o *status* negativo que a mulher negra conseqüentemente carrega até os dias atuais.

Recebido em: 01/05/2020

Aceito em: 30/06/2020

O mito do “africano livre”, apresentado no quarto capítulo, consiste em explicar a existência de escravos doentes e idosos libertos pelos seus senhores para viverem nas ruas sem nenhum recurso, fato que, de acordo com o autor, assemelha-se à proclamação da lei Áurea.

O quinto capítulo do livro trata de uma estratégia de genocídio adotada no Brasil: o *branqueamento* da raça, ideia altamente contestada por Nascimento, que ressalta o estupro da mulher negra por homens brancos como forma de originar os mestiços, junto às teorias científicas que forneciam justificativas racistas para erradicar o negro da sociedade, o que facilitou o acesso dos imigrantes europeus em terras brasileiras.

A proibição em discutir sobre raça e a tentativa de apagar a “mancha negra” da história do Brasil são analisadas no sexto capítulo. Um exemplo disso foi o ato do ministro das Finanças Rui Barbosa, que mandou incinerar todos os documentos referentes ao tráfico negro. O intuito de não falar sobre a cultura negra é subtrair-lhes a identificação racial deixando obsoleta a sua auto-definição.

A discriminação racial, ainda presente na sociedade hodierna, será abordada no sétimo capítulo, no qual é pautado o histórico de racismo no mercado de trabalho no ano de 1950 e na atualidade, mencionando leis e dados publicados pelas mídias.

O oitavo capítulo apresenta uma análise sobre a imagem racial internacional, através de uma visão política, com a fala de um delegado das Nações Unidas em 1968, que afirma sobre o conceito de “harmonia racial brasileira”. Continuamente, é discorrido sobre a posição do Brasil frente ao mundo político racista.

É introduzida outra estratégia de genocídio: o *embranquecimento cultural*; frente à questão, o capítulo nove inicia-se com uma reflexão a respeito do racismo no Brasil que, de acordo com o autor, não é tão óbvio quanto o dos Estados Unidos, mas também não é legalizado como o *aparteid* da África do Sul. Após, é discutido o funcionamento dessa estratégia de *embranquecimento cultural* através do domínio da educação pela classe branca, resultando em uma cultura racista nos meios de comunicação (rádio, livros, televisão e a imprensa).

A cultura africana persistiu e se mantém viva, mesmo com a perseguição que os negros sofriam desde a sua chegada às terras brasileiras. Assim sendo, no décimo capítulo é abordado os instrumentos utilizados para realizar essa perseguição cultural, sendo a Igreja Católica a primeira instituição citada. A mesma possuía escravos para fins lucrativos e perseguia as crenças religiosas africanas, fato que ocorre até os dias atuais. Da mesma forma, confirma a importância da língua africana diante da resistência cultural e religiosa.

Ainda neste mesmo viés cultural, o capítulo onze responde à seguinte pergunta: *sincretismo ou folclorização*? É desmistificada a ideia de um sincretismo natural e igualitário, já que os escravos utilizavam imagens de santos católicos para camuflarem a prática de seus cultos e tradições religiosas. Deste modo, o autor afirma ser falsa a ideia de “sincretismo”.

No décimo segundo capítulo discute-se a *bastardização* da cultura afro-brasileira. Partindo desse princípio, é tratado o *status* das religiões africanas no meio artístico do Brasil através do candomblé. Como citado anteriormente, o “sincretismo” foi uma espécie de resistência encontrada pelos cultos religiosos africanos. Os trabalhos artísticos (talhas e esculturas) também tinham cunho religioso e eram utilizados escondidos da fiscalização dos brancos. Obras africanas são vistas como folclóricas, pitorescas e primitivas, levando o consumidor a comprar com base no exotismo e curiosidade, mas ignorando totalmente o trabalho do artista ou a cultura envolvida na obra.

Devido a esse processo de genocídio cultural, a décima terceira parte do livro trata a estética da brancura nos artistas negros aculturados, consistindo na força que a cultura europeia branca possui sobre o Brasil.

A análise do penúltimo capítulo diz respeito ao teatro experimental do negro como uma reação ao *embranquecimento*. Abdias Nascimento foi um dos precursores do teatro moderno brasileiro. Diante disto, o TEN (Teatro Experimental Negro) tornou-se uma reação contrária por ter como objetivo a valorização da cultura afro-brasileira, que passa a ser repensada de maneira pedagógica. Por fim, o autor conclui seu ensaio propondo ao governo brasileiro a leitura de seu livro, com o intuito de providenciar ações concretas a partir dos dezessete pontos enumerados e apresentados por Abdias.

Portanto, este livro é de suma importância para a criação de novas perspectivas frente a problemas sociais como o racismo e a desigualdade brasileira. É recomendável que os graduandos da área de Ciências Humanas, em particular, realizem a sua leitura e reflitam criticamente a respeito deste assunto, que é polêmico, e proponham novas pesquisas e abordagens diferenciadas em sala de aula.

